



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA  
DEPUTADO AGACIEL MAIA

L I D O  
Em, 10/09/13  
*[Assinatura]*  
Assessoria de Planário

**INDICAÇÃO Nº IND 12511/2013**

**(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)**

**“Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da TERRACAP, em parceria com todas as demais Secretarias de Governo, cadastramento e gestão plena junto a todas as famílias residentes no Setor de Chácaras Cabeceira do Valle e Entorno, Área Rural pertencente à Cidade Estrutural – RA XXV.”**

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da TERRACAP, em parceria com as Secretarias de Governo, atenção, acompanhamento, cadastramento e gestão plena junto a todas as famílias residentes no Setor de Chácaras Cabeceira do Valle e Entorno, região rural pertencente a Cidade Estrutural – RA XXV.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Região Administrativa da Cidade Estrutural, em caráter de urgência, tem as seguintes emergências, e solicita ações de governo a serem executadas:

- Criação de uma agenda positiva, buscando respeitar todos os direitos difusos como toda a legislação conexa a exemplo do Plano de Manejo e do atual Projeto Urbanístico;
- Dentro deste processo, sugere-se a criação de comissões e/ou grupos específicos de trabalho, trata-se de um problema extremamente complexo e de ordem social;
- Cadastramento e triagem imediata pelo órgão competente de toda população carente local, antes de qualquer ação mais enérgica;

ARQUIVADO EM 09/09/2013 15:05  
*[Assinatura]*

Setor Protocolo Legislativo

IND Nº 12511/2013

Folha Nº 01 *[Assinatura]*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**  
**DEPUTADO AGACIEL MAIA**

- Inclusão destas nos possíveis programas habitacionais e/ou na concessão de inúmeros benefícios sociais pertinentes, hoje ofertados pelo estado;
- Nos casos que ocorra total impossibilidade legal de permanência dos ocupantes como das respectivas famílias, sugere-se que seja feito a retirada / remoção de forma pacífica e humana, observando e respeitando todos os princípios constitucionais existentes em nossa Carta Magna.

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, dispõe:

*Art. 7º São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;*

*IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, e previdência social.*

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, a proposta.

Sala das Sessões,                      de agosto de 2013.

Deputado Distrital **AGACIEL MAIA**

**Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal**



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



Ao Protocolo Legislativo, para registro, e, em seguida, ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CDDHCEDP (art. 67, V, "a", do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal).

Brasília-DF, 11/09/2013.

FELIPE TRICHES  
Consultor Legislativo  
Matrícula nº 16.786

Setor Protocolo Legislativo  
IND Nº 12511/2013  
Folha Nº 03 *Paulo*